

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2024

EDITAL RETIFICADO

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**

Tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE**

~~A Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim – FHSTE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob número 89.421.259/0001-10, instituída pela Lei Municipal nº 3431 de 27 de dezembro de 2001, inscrita no registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Erechim sob nº 3.369, TORNA PÚBLICO, que necessita contratar mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, regido pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, e pelas disposições do presente Edital, **com abertura no dia 09 de setembro de 2024, às nove horas**, os serviços de agenciamento de estágios para estudantes, conforme discriminado abaixo.~~

A Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim – FHSTE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob número 89.421.259/0001-10, instituída pela Lei Municipal nº 3431 de 27 de dezembro de 2001, inscrita no registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Erechim sob nº 3.369, TORNA PÚBLICO, que necessita contratar mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, regido pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, e pelas disposições do presente Edital, **com abertura no dia 17 de setembro de 2024, às nove horas**, os serviços de agenciamento de estágios para estudantes, conforme discriminado abaixo.

1. DO OBJETO

1.1. A contratação de empresa de agenciamento de estágios para estudantes regularmente matriculados em cursos de ensino superior, profissional e médio, visando o preenchimento de oportunidades de estágio na Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, conforme especificações e critérios contidos neste Edital e no Termo de Referência.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desse processo de licitação serão adimplidas pela Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim com os recursos auferidos através da prestação de serviços hospitalares, ou outra fonte de recursos específica.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste processo licitatório:

3.1.1. Quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4. DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar diretamente ou indiretamente desta Pregão Eletrônico:

4.1.1. Empresas que não atenderem às condições deste Edital;

4.1.2. Empresas que estejam em processo de recuperação judicial ou em processo falimentar, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação; Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim;

4.1.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor

da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>>;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça <www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>;

4.1.2.2. Empresas que estejam, na data da consulta, inscritas nos cadastros supramencionados serão excluídas do certame.

4.1.3. Empresas reunidas em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.1.4. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

4.1.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica.

4.1.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

4.1.7. Agente público da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, sendo observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação.

4.1.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.1.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser dotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou última alteração contratual com a respectiva Consolidação.
- c) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2. Qualificação Técnica:

~~a) Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional de Administração – CRA.;~~
EXIGÊNCIA EXCLUÍDA

b) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a capacidade do licitante em prestar serviços compatíveis em especificação, quantidade e prazos, conforme objeto da presente Licitação – Serviços de agenciamento de estágios. Deverá haver comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos ininterruptos na prestação dos serviços objeto do presente Edital.

6.1.3. Documentação relativa à Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio/sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos com a Fazenda Municipal na sede da empresa licitante.
- e) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho em conformidade à Lei Federal n.º 12.440 de 7 de julho de 2011.
- g) Declaração expressa, informando a inexistência de menores de 18 (dezoito) nos realizando trabalho, noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para a empresa licitante.

6.1.4 Habilitação Econômico-Financeira:

6.1.4.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata, Recuperações Judiciais ou Extrajudiciais emitida pelo ofício Distribuidor competente da comarca da sede do licitante.

6.1.4.2. Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, com os respectivos termos de abertura, ativo, passivo e termo de encerramento do livro diário, já exigíveis e apresentados na forma da lei com o Registro na Junta Comercial, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo profissional contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6.1.4.2.1. No caso de empresas constituídas há menos de dois anos, deverá ser apresentado balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis referente ao último exercício social, nas mesmas condições exigidas no subitem 6.1.4.2.

6.1.4.2.2. No caso de empresas constituídas no presente exercício, deverá ser apresentado o Balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial e devidamente assinado por Contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da empresa.

6.1.4.2.3 No caso de Livro Digital deverá ser apresentada a cópia dos Balanços Patrimoniais (Ativo e Passivo) devidamente assinadas por Contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, juntamente com o Recibo de Entrega dos Livros Digitais junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e também o Requerimento de Autenticação de Livro Digital junto ao Departamento Nacional de Registro do Comércio, emitido pelo SPED, igualmente dos últimos 02 (dois) exercícios sociais.

6.1.4.2.4. A comprovação da boa situação financeira das licitantes será verificada pela obtenção do índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultante da aplicação das fórmulas abaixo, não sendo aceitos resultados menores a 1 (um), em qualquer dos índices:

ILG = Índice de Liquidez Geral

SG = Índice de Solvência Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

$$\text{ILG} = \frac{(\text{Ativo Circulante}) + (\text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Passivo Não Circulante})}$$

$$\text{ISG} = \frac{\text{(Ativo Total)}}{\text{(Passivo Circulante) + (Passivo Não Circulante)}}$$
$$\text{ILC} = \frac{\text{(Ativo Circulante)}}{\text{(Passivo Circulante)}}$$

6.1.4.2.4. Se qualquer índice do Subitem anterior for inferior a 1 (um), a empresa participante deverá comprovar através do Balanço Patrimonial possuir patrimônio líquido de no mínimo R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para evitar a inabilitação pelo referido Subitem.

6.1.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar na documentação para Habilitação, Certidão expedida pela Junta Comercial (conforme artigo 8º da Instrução Normativa n.º 103 de 30/04/2007 Departamento Nacional de Registro do Comércio), ou Declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.1.6. As cooperativas beneficiárias dos Arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) deverão apresentar declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

6.2. A documentação exigida para habilitação deverá obrigatoriamente ser apresentada à Comissão de Contratação, junto ao Setor de Licitações da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim na **forma original ou cópia autenticada no prazo máximo de dois dias úteis** após o encerramento da etapa de lances, prorrogável uma vez por igual período, desde que solicitado pela licitante, e submetendo-se ao que segue abaixo:

6.2.1. Todos os documentos originais ou cópias, encaminhados à Comissão de Contratação deverão obedecer rigorosamente à ordem sequencial listada no subitem 6.1. deste Edital.

6.2.2. Os documentos poderão ser enviados através dos e-mails contratos2@fhste.com.br , licitacao@fhste.com.br e licitacao3@fhste.com.br.

6.3. Os documentos exigidos terão validade nos prazos que lhe forem próprios; inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidos por noventa dias contados de sua expedição.

6.4. Poderá ser concedida prorrogação de prazo, uma vez, por igual período e a critério da Comissão de Contratação para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no artigo 43 da Lei Complementar 123/2006.

6.5. As certidões e demais documentos extraídos da Internet e que possuam código para averiguação poderão ter a sua validade verificada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

6.6. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

6.7. As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.

6.8. Caso seja apresentado documento com prazo de validade vencido, e se o mesmo estiver disponível na Internet, o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão, no momento da análise da documentação, comprovar a regularidade da empresa perante o referido órgão.

6.8.1.1. O Pregoeiro e Equipe de Apoio, se impedidos de realizarem tal procedimento, em virtude de problemas relativos à falha da página eletrônica do órgão ou outro problema superveniente, que impeça a comprovação da regularidade da empresa, efetuará a inabilitação da licitante.

6.9. A constatação, a qualquer tempo, de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados, ensejará aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até três anos, bem como declaração de inidoneidade da empresa, independentemente das medidas penais cabíveis.

6.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

6.11. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

6.12. Se o licitante for a matriz e o fornecedor dos serviços for a filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, devendo ser informado na proposta qual CNPJ será o prestador dos serviços;

6.13. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

7. DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

7.1. Somente poderão participar da licitação as cooperativas de trabalho que atuem, exclusivamente, em um único ramo de atividade, coincidente com aquele a ser contratado pela Fundação Hospitalar Santa Terezinha.

7.2. As cooperativas, além de atenderem as exigências anteriores, pertinentes a habilitação, deverão apresentar os seguintes documentos, por força da Lei nº. 5764/71, combinada com o art. 16 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- a)** Estatuto social, com ata da assembleia de aprovação, conforme a Lei nº. 5764/71, que comprove que a cooperativa tem como objeto a prestação de serviços exigidos nesta licitação.
- b)** Regimento Interno (com a ata de assembleia que o aprovou) .
- c)** Registro na Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS e Certidão de Regularidade expedido pela mesma.
- d)** Ata de fundação da cooperativa, devidamente registrada na Junta Comercial.
- e)** Atas de eleição dos dirigentes e conselheiros fiscais, realizadas através de assembleias gerais ordinárias.
- f)** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata de assembleias que o aprovou).
- g)** Registro de presença dos cooperados em assembleias gerais.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

~~8.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas com base no “MENOR PREÇO GLOBAL”, constando obrigatoriamente validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias e prazo de início dos serviços de 05 (cinco) dias ininterruptos a partir da assinatura do contrato, sob pena de desclassificação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do portal www.portaldecompraspublicas.com.br no período de 26 de agosto de 2024, a partir das 08h30min, até 09 de setembro de 2024 às 08h30min horário de Brasília.~~

8.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas com base no “MENOR PREÇO GLOBAL”, constando obrigatoriamente validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias e prazo de início dos serviços de 05 (cinco) dias ininterruptos a partir da assinatura do contrato, sob pena de desclassificação, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico do portal www.portaldecompraspublicas.com.br no período de 26 de agosto de 2024, a partir das 08h30min, até 17 de setembro de 2024 às 08h30min horário de Brasília.**

8.1.1. A proposta apresentada no portal www.portaldecompraspublicas.com.br deverá conter o VALOR GLOBAL, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, válido para ser praticado desde a data de sua apresentação na proposta, até o efetivo pagamento, e a descrição completa dos serviços em conformidade ao presente edital e termo de referência em anexo.

8.1.2. Incumbirá ainda à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.2. Deverão estar incluídos nos preços/lances, todas as despesas que o compõem, tais como custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, incidentes ou necessárias para o cumprimento do objeto.

8.3. Serão desclassificadas as propostas/lances que excedam os valores máximos aceitáveis unitários de referência, constante no ITEM 11 do presente Edital, bem como, as propostas/lances com valores inexequíveis.

8.4. A proposta de preços da (s) empresa (s) declarada (s) vencedora (s), decorrida a fase de lances, deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa com os dados de identificação (razão social, endereço, telefone e e-mail para contato, dados bancários para depósito e PIX (se houver) **no prazo máximo de dois dias úteis**, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado pela empresa licitante, contados do encerramento da etapa de lances e deverá obrigatoriamente conter:

- a) Descrição clara, completa e de acordo com o objeto do presente processo licitatório, especificando o serviço ofertado, bem como seus respectivos quantitativos estimados, valores unitários e valor total, e o percentual aplicado para a formação do valor unitário.
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a cento e oitenta dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- c) Declaração de que o preço proposto compreende todas as despesas referentes ao objeto da presente Licitação em conformidade ao item 8.2. deste Edital.
- d) Prazo de início da prestação de serviços de no máximo 05 (cinco) dias ininterruptos contados a partir da assinatura do contrato.

- e) Declarar expressamente que as informações presentes no Edital são suficientes para elaboração da proposta.
- f) Declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, agente público da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, em conformidade ao art. 9º, §1º da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- g) Planilha de custos e formação de preços pormenorizada, devendo estar identificados individualmente os custos e preços para o cumprimento do objeto deste edital.

8.5. Não serão consideradas propostas com alternativas de preços ou modalidade da prestação dos serviços, devendo as empresas licitantes limitarem-se às especificações deste Edital.

8.6. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam as empresas licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais empresas licitantes.

8.8. As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes de elaboração e apresentação de suas propostas.

9. ABERTURA DA SESSÃO

~~9.1. A partir das nove horas do dia 09 de setembro de 2024 terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico n.º 31/2024, com a divulgação das Propostas de Preço recebidas e, após análise pelo Pregoeiro e equipe de apoio, início das etapas de lances, conforme Edital.~~

9.1. A partir das nove horas do dia 17 de setembro de 2024 terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico n.º 31/2024, com a divulgação das Propostas de Preço recebidas e, após análise pelo Pregoeiro e equipe de apoio, início das etapas de lances, conforme Edital.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006, deverão clicar no campo “Declaro, sob as penas da Lei, de que cumpro com os requisitos legais para a qualificação como cooperativa, microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido nos termos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 ou da Lei 11.488 de 15 de junho de 2007”, disponível na tela de envio das propostas. Caso não o faça, a empresa será tratada sem privilégios da citada Lei Complementar.

10. FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo valor.

10.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

10.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

10.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

10.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

10.6. A etapa de lances da sessão pública será conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6.1. O modo de disputa será aberto, onde a etapa de envio de lances públicos sucessivos da sessão pública terá duração de dez minutos. Havendo lances nos 2 últimos minutos, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema (prorrogam-se mais 2 minutos). Essa etapa de lances será prorrogada automaticamente sempre que houver lances enviados no período de 2 minutos. Não havendo mais lances na prorrogação, encerra-se automaticamente, pelo sistema Portal de Compras Públicas, a etapa competitiva.

10.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10.8. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.9 Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

10.9.1 A ME e/ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.9.2 Não ocorrendo a contratação da ME e/ou EPP, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 10.9 (ME's e EPP's), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

10.9.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e/ou EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 10.9, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.9.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos dos itens 10.9, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.9.5 O sorteio de empate de melhor proposta somente será aplicado quando as melhores ofertas não tiverem sido apresentadas por ME e EPP.

10.9.6 A ME e EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação com envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo máximo de dois dias úteis, prorrogáveis, uma vez por igual período, desde que solicitado pela licitante, conforme condições dispostas no subitem 6.2 e 8.4 deste Edital.

10.10.1. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 6, juntamente com a proposta relacionada no item 8, deste Edital.

10.11. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor global.

11. DA ACEITABILIDADE DO PREÇO

11.1 Será considerado excessivo, acarretando a desclassificação da proposta apresentada, o valor global que exceder a R\$ 37.082,75 (trinta e sete mil e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos), devendo ser considerados na composição do preço ofertado, o quantitativo estimado e valor unitário máximo aceitável da tabela a seguir:

Item	Qt. Estimada Ano	Serviço	R\$ Unitário	R\$ Total
01	310	Estágios de nível médio	R\$ 66,54	R\$20.627,40
02	205	Estágios de nível superior	R\$ 80,27	R\$16.455,35
VALOR GLOBAL				R\$ 37.082,75

11.1.1. Para fins de apresentação da proposta, na fase de lances, o preço do item 1, deverá ser apresentado em reais. **Para fins da definição do preço máximo aceitável foi multiplicado o valor da remuneração do estágio nível médio pela taxa de agenciamento de 8,00%**, que multiplicado pela quantidade estimada de estágios, representa um valor total anual, máximo aceitável, estimado de R\$ 20.627,40 (vinte mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), e valor unitário, máximo aceitável, estimado de R\$66,54 (sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Após a fase de lances, a licitante arrematante deverá apresentar a proposta com a taxa de agenciamento aplicada para a formação do preço.

11.1.2. Para fins de apresentação da proposta, na fase de lances, o preço do item 2, deverá ser apresentado em reais. **Para fins da definição do preço máximo aceitável foi multiplicado o valor da remuneração do estágio nível médio pela taxa de agenciamento de 8,00%**, que multiplicado pela quantidade estimada de estágios, representa um valor total anual, máximo aceitável, estimado de R\$16.455,35 (dezesesseis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), e valor unitário, máximo aceitável, estimado de R\$ 80,27 (oitenta reais e vinte e sete centavos). Após a fase de lances, a licitante arrematante deverá apresentar a proposta com a taxa de agenciamento aplicada para a formação do preço.

Parágrafo Único: No Anexo I – ROL exemplificativo da remuneração de estágio x valor equivalente ao percentual máximo aceitável, do presente Edital, se encontra planilha com a base de cálculo dos valores unitários utilizados para a formação de preço.

12. DOS PRAZOS

12.1. Conforme dispõe o Parágrafo 3º do Artigo 90 da Lei 14.133/21 o prazo de validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da entrega das propostas, caso em que não assinado o contrato ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.2. O início dos trabalhos objeto do presente processo de licitação será em até 05 (cinco) dias ininterruptos a partir da assinatura do contrato.

12.3. O prazo de vigência do contrato oriundo do presente processo de licitação é de 12 (doze) meses, a partir de __/__/____, podendo haver renovação por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante formalização de Termos Aditivos de Renovação Contratual, e desde que as partes nada manifestem com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de vencimento referência.

12.4. A empresa contratada deverá devolver o contrato devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ininterruptos, sob pena de aplicação das penalidades previstas em Edital e Contrato a ser firmado.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Edital, a Fundação Hospitalar Santa Terezinha pagará à Contratada a taxa de agenciamento adjudicada:

13.1.1. A taxa de agenciamento de _____ (xxx pontos percentuais), sobre a remuneração mensal de cada estagiário nível médio.

13.1.2. A taxa de agenciamento de _____ (xxx pontos percentuais), sobre a remuneração mensal de cada estagiário nível superior.

13.1.3. A taxa de agenciamento adjudicada será fixa e irrevogável durante a vigência do contrato.

13.2. O pagamento será efetuado aplicando-se o percentual dos subitens 13.1.1 e 13.1.2, relativo à taxa de agenciamento, sobre o valor líquido das bolsas de estágio a serem repassadas aos estagiários, e será pago à Contratada junto ao valor das bolsas auxílio até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de referência do pagamento.

13.2.1. O pagamento será efetuado diretamente pelo Setor Financeiro da Contratante, à empresa contratada através de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa ou PIX, sendo vedada a realização do pagamento através de cobrança bancária como também a emissão de títulos de crédito sob pena das sanções previstas neste Edital e indenização pelos danos decorrentes.

13.3. A empresa Contratada deverá apresentar mensalmente ao Setor de Contratos da Fundação Hospitalar Santa Terezinha, quando for o caso, cópias das guias de recolhimento comprovando a regularidade fiscal junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Imposto de Renda em anexo à Nota Fiscal de Serviços, sob pena de não ser efetivado o pagamento pela Contratante até a apresentação dos referidos documentos.

13.4. Dos pagamentos realizados serão retidos os valores porventura devidos em razão de multas e penalidades aplicadas à empresa contratada.

13.5. No ato de pagamento, haverá a retenção previdenciária referente à mão-de-obra nos termos da legislação vigente, com repasse dos percentuais ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e entrega da respectiva guia de recolhimento à Contratada, assim como, quando for o caso, será retido o Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme legislação pertinente.

13.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha colaborado de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

14.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.

14.3. Se a proposta ou o lance de menor preço global não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

14.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido percentual melhor.

14.4. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da Lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:

14.4.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:

c1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base na alínea c1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 14.4.1. alínea "a", será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.

14.6. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço global, conforme quantidades e valores máximos aceitáveis constantes na tabela do subitem 11.1.

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1. A empresa contratada obriga-se a:

Rua Itália, 919 – 99700-000 – Erechim – RS

www.fhste.com.br

Fone: (54) 3520-2100 – Fax: (54) 3520-2168

15.1.1. Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas instituições de ensino com as disponibilidades da Administração Pública contratante, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere.

15.1.2. Contratar o seguro contra acidentes pessoais em favor do estudante selecionado para estágio, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio o número da apólice e o nome da companhia seguradora.

15.1.3. Lavrar o Termo de Compromisso de Estágio a ser assinado pela concedente do estágio, pela instituição de ensino, pelo próprio agente de integração e pelo estagiário que, se menor de 18 (dezoito) anos, deverá ser assistido por seu responsável legal.

15.1.4. No ato da formalização do estágio, orientar o estudante acerca dos aspectos legais e técnicos do estágio, bem como a relação entre estagiário e parte concedente.

15.1.5. Acompanhar a avaliação, realizada pela instituição de ensino, das instalações de realização do estágio, bem como de sua adequação à formação cultural e profissional do educando.

15.1.6. Verificar a existência de normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios junto à instituição de ensino e informar o estagiário.

15.1.7. Verificar junto à instituição de ensino e comunicar à parte concedente do estágio no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

15.1.8. Apresentar comprovação de vínculo escolar dos estagiários no início da realização do estágio e sempre que solicitado pela FHSTE.

15.1.9. Efetuar os pagamentos salariais dos estagiários até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

15.1.10. Avaliar semestralmente os estagiários contratados.

15.1.11. Observar o prazo máximo de uma semana (sete dias ininterruptos) para o encaminhamento de currículos, processo de triagem e encaminhamentos dos candidatos às vagas abertas, contados da data de solicitação por parte do Setor de Recursos Humanos da FHSTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Edital.

15.1.12. Possuir e manter cadastro atualizado de estudantes de diversas instituições de ensino médio, técnico e superior, suficiente e compatível à demanda.

15.1.13. Providenciar a renovação, desligamento ou substituição do estagiário sempre que solicitado pela FHSTE.

15.1.14. Informar a FHSTE sobre qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do estudante que o impossibilite de prosseguir no estágio.

15.1.15. Observar na execução do objeto deste edital todas as normas, leis e regulamentos relacionados aos serviços prestados.

15.1.17. Responder juridicamente por qualquer perda, dano ou prejuízo que vier a causar à FHSTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa na execução do contrato, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita.

15.1.18. Responsabilizar-se pelas despesas relativas aos encargos sociais, trabalhistas, seguro contra acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, que não possuem nenhum vínculo empregatício com a FHSTE.

15.1.19. Na data da Homologação do presente Edital, e previamente à assinatura do contrato, a Comissão de Contratação encaminhará comunicado à empresa adjudicada para que esta, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis (excetuam-se da contagem sábados, domingos e feriados) a contar do comunicado, apresente a seguinte documentação ao Setor de Licitações da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim para a assinatura do Contrato, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação das penalidades previstas neste Edital:

15.1.19.1. Comprovação de que a Contratada possua escritório (físico) no perímetro urbano do município de Erechim - RS, para atendimento dos estagiários. A comprovação deverá ser através de:

- a) endereço constante no cartão CNPJ da Contratada
- b) comprovante de endereço em nome da empresa Contratada, a saber, fatura de energia elétrica ou fatura de serviços – água e/ou esgoto
- c) cópia de contrato de locação
- d) cópia de escritura do imóvel, devidamente registrada junto ao Registro de Imóveis.

15.2. A contratante obriga-se a:

15.2.1. Remeter à Contratada as solicitações de candidatos às oportunidades de estágio.

15.2.2. Realizar processo seletivo entre os estudantes encaminhados pela contratada, para posterior formalização de Termo de Compromisso de Estágio.

15.2.3. Encaminhar à contratada os estudantes selecionados com informações sobre a data do início do estágio, carga horária, valor da bolsa de estágio e informações sobre setor onde serão realizadas as atividades de estágio.

15.2.4. Manter a compatibilidade entre as atividades exercidas pelo estagiário e àquelas previstas no Termo de Compromisso.

15.2.5. Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estágio.

15.2.6. Repassar o valor da bolsa de estágio para a contratada, para fins de pagamento ao estagiário.

15.2.7. Fornecer informações à contratada quando do desligamento de estagiários, informando sua substituição.

15.2.8. Rescindir os contratos de estágios em vigor na medida que encerrarem seus prazos semestrais, passando a efetuar as novas contratações por meio da empresa contratada.

15.2.9. Rescindir os convênios com os atuais agentes integradores através de comunicação conforme disposto nos referidos convênios, após o encerramento dos contratos semestrais em andamento.

16. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO

16.1. O estágio terá caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional e será planejado e avaliado em conformidade com os currículos, programas, calendários e horários escolares, constituindo-se o agente de integração, em instrumento de diálogo entre o Poder Público e as instituições de ensino, com capacidade de proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos, o aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, que não acarretará qualquer vínculo de caráter empregatício com a FHSTE.

16.2. Os estágios oportunizados pela FHSTE serão instrumentalizados mediante assinatura das partes, em um Termo de Compromisso de Estágio.

16.3. As cargas horárias e bolsas a serem pagas aos estagiários serão definidas pela FHSTE, sendo comunicada à contratada sempre quando houver demanda por candidatos.

16.4. A Contratada deverá encaminhar candidatos às vagas abertas sempre em conformidade às atividades a serem desenvolvidas, conforme solicitação do Setor de Recursos Humanos e conforme prazo previsto no subitem 15.1.11 do presente instrumento.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O serviço objeto deste Edital será fiscalizado pelo Fiscal do Contrato, Coordenador II – Setor de Recursos Humanos e, em sua ausência, por sua (eu) substituta (o) em conformidade ao artigo 117, da Lei Federal 14.133/2021.

18. DAS PENALIDADES

18.1. A empresa licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, pelo prazo de até 03 (três) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

18.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

18.3. No caso de inadimplemento, a empresa contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

18.3.1. Advertência;

18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, sempre que a Contratada descumprir qualquer obrigação assumida em face da licitação e do contrato.

18.4. Impedimento de licitar e contratar com a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim por período não superior a três anos;

18.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

18.6. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da Contratante a sua aceitação.

18.7. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

18.8. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

18.8. A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim.

18.9. Caso a empresa contratada deixe momentaneamente de prestar o serviço objeto desta licitação, independente dos motivos ou da duração da inexecução, obrigando a FHSTE a disponibilizar substitutos durante o lapso, todos os gastos decorrentes serão automaticamente deduzidos dos valores devidos à Contratada, no mês subsequente, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

18.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Contratante, pela Contratada, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da Contratante, ou cobrados judicialmente.

18.11. Além da multa, a FHSTE poderá aplicar, em face do descumprimento total ou parcial das obrigações, garantida a prévia defesa, as sanções previstas no Artigo 156 da Lei 14.133/2021, em conformidade ao disposto no Artigo 155 da referida Lei.

18.12. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

19. DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1 Constituem causa para rescisão do Contrato:

a) A manifestação expressa de uma das partes **com antecedência mínima de até 90 (noventa) dias da data referênciada do vencimento do contrato** sem ônus (observar interstícios de doze meses a contar da data de assinatura do contrato original, ou a partir de suas renovações se houverem, uma vez que a renovação do contrato ocorre de doze em doze meses conforme subitem 12.3 do Edital). Neste caso, as partes deverão cumprir integralmente o contrato ou sua renovação caso tenha ocorrido, até o término de sua vigência.

b) A ocorrência de qualquer um dos motivos elencados no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021.

20. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

20.1 Qualquer pedido de impugnação ou esclarecimento ao presente Edital deve ser protocolado até o terceiro dia útil da data fixada para a abertura da fase de Propostas, exclusivamente através do Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

20.2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do resultado do julgamento das propostas e/ou da habilitação, desde que haja sido declarada a intenção de recurso.

20.2.1. A intenção de recurso deverá ser manifestada imediatamente, via Portal de Compras Públicas, após a finalização da sessão pública e fase de negociação, sob pena de preclusão.

20.3 Os recursos serão dirigidos à autoridade superior, responsável pela decisão recorrida, por intermédio do pregoeiro, e deverá estar assinado pelo recorrente ou por procurador devidamente habilitado.

20.4. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de esclarecimentos verbais quanto ao Edital, somente na forma prevista no subitem 20.1.

21. DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

21.1 Essa licitação poderá ser anulada, em caso de ilegalidade, ou revogada, por razões de interesse público ou conveniência administrativa, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar a revogação.

21.2 Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o participante deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada:

21.2.1 Quando se tratar de titular, diretor ou sócio da empresa será apresentado documento comprobatório de sua capacidade de representação (Contrato Social, Cópia de Ata de Eleição, Procuração, etc...).

21.2.2 Quando se tratar de representante designado pela empresa, será apresentada procuração ou carta dirigida à Comissão de Contratação, com dados de identificação do representante, devendo constar expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive interpor ou desistir de recursos. A referida documentação far-se-á acompanhar de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.

21.3 A Comissão de Contratação poderá solicitar informações complementares, requisitar documentos, bem como tomar outras medidas necessárias ao bom desenvolvimento da licitação.

21.4 O esclarecimento de dúvidas a respeito do Edital, bem como a solicitação de informações adicionais deverão ser efetuadas por escrito a Comissão de Contratação, até três dias úteis antes da data de abertura de lances.

21.5 Em hipótese alguma serão consideradas reclamações e/ou reivindicações de qualquer espécie sob a alegação de falta de conhecimento deste Edital e da Lei de Licitações.

21.6 À Comissão de Contratação fica reservado o direito de relevar, com a devida motivação, quaisquer discrepâncias e/ou omissões, de pequena importância, plenamente supriável através de diligência, e que não representem desvios, ressalvas substanciais, ou afetem a classificação dos demais licitantes.

21.7 Aos casos não previstos neste Edital aplicar-se-ão as disposições da Lei 14.133/2021, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, e disposições de direito privado pertinentes.

21.8 Fica eleito o foro da justiça de Erechim, RS., para dirimir as questões oriundas desta licitação.

21.9 O Edital está disponível no site www.fhste.com.br no menu licitações, ou poderá ser solicitado pelos e-mails: contratos2@fhste.com.br e licitacao2@fhste.com.br.

21.10 Informações a respeito do presente processo de licitação serão obtidas junto ao Setor de Licitações da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, Rua Itália, 919, Centro, Erechim, RS., 99700-048, Fone (54) 3520-2160 e e-mails contratos2@fhste.com.br e licitacao2@fhste.com.br.

21.11 Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – ROL exemplificativo da remuneração de estágio x valor equivalente ao percentual máximo aceitável.
- Anexo II – Termo de Referência
- Anexo III – Sugestão de Planilha de Custos e Formação de Preços
- Anexo IV – Minuta de Contrato

Erechim, 02 de setembro de 2024.

Rafael Martins Ayub
Diretor Executivo

Maritânia Fátima Grandó Branco
Pregoeira

**ANEXO I – ROL EXEMPLIFICATIVO DA REMUNERAÇÃO DE ESTÁGIO X VALOR EQUIVALENTE
AO PERCENTUAL MÁXIMO ACEITÁVEL.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2024**

<u>Quant Anual estimada</u>	<u>Descrição</u>	<u>Valor por estágio</u>	<u>Valor equivalente ao percentual 8,00%</u>
310	Estagiário de nível médio	R\$ 831,80	R\$ 66,54
205	Estagiário de nível superior / técnico	R\$ 1.003,35	R\$ 80,27

Para fins de cálculo do valor proposto, a taxa de agenciamento máxima aceitável é de 8,00 (oito pontos percentuais)

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2024

1. OBJETO

1.1. A contratação de empresa de agenciamento de estágios para estudantes regularmente matriculados em cursos de ensino superior, profissional e médio, visando o preenchimento de oportunidades de estágio na Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, conforme especificações e critérios contidos neste Edital e no Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A FHSTE busca oportunizar os estudantes de nível médio e superior, para que, possam realizar estágios nas áreas administrativa e assistencial, objetivando a preparação e entrada dos estudantes no mercado de trabalho. A FHSTE possui contrato vigente para o serviço de agenciamento de estágios até outubro do ano corrente, e necessita publicar novo processo licitatório para dar continuidade no serviço.

Para que seja realizado agenciamento adequado aos estagiários, uma vez que os estudantes de ensino médio são adolescentes, menores de 18 anos, se faz necessário que a empresa licitante possua escritório físico no município sede da Contratante, objetivando também, o atendimento integral às obrigações e condições de prestação de serviços exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº. 31/2024, uma vez que, além de agenciar o estágio com a FHSTE, a licitante deverá acompanhar avaliações de estágio com a Instituição de Ensino, realizar avaliação aos estagiários, entre outras obrigações já citadas no Instrumento.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3. 1. A empresa contratada obriga-se a:

3.1.1. Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas instituições de ensino com as disponibilidades da Administração Pública contratante, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere.

3.1.2. Contratar o seguro contra acidentes pessoais em favor do estudante selecionado para estágio, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio o número da apólice e o nome da companhia seguradora.

3.1.3. Lavrar o Termo de Compromisso de Estágio a ser assinado pela concedente do estágio, pela instituição de ensino, pelo próprio agente de integração e pelo estagiário que, se menor de 18 (dezoito) anos, deverá ser assistido por seu responsável legal.

3.1.4. No ato da formalização do estágio, orientar o estudante acerca dos aspectos legais e técnicos do estágio, bem como a relação entre estagiário e parte concedente.

3.1.5. Acompanhar a avaliação, realizada pela instituição de ensino, das instalações de realização do estágio, bem como de sua adequação à formação cultural e profissional do educando.

3.1.6. Verificar a existência de normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios junto à instituição de ensino e informar o estagiário.

3.1.7. Verificar junto à instituição de ensino e comunicar à parte concedente do estágio no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

3.1.8. Apresentar comprovação de vínculo escolar dos estagiários no início da realização do estágio e sempre que solicitado pela FHSTE.

3.1.9. Efetuar os pagamentos salariais dos estagiários até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

3.1.10. Avaliar semestralmente os estagiários contratados.

3.1.11. Observar o prazo máximo de uma semana (sete dias ininterruptos) para o encaminhamento de currículos, processo de triagem e encaminhamentos dos candidatos às vagas abertas, contados da data de solicitação por parte do Setor de Recursos Humanos da FHSTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Edital.

3.1.12. Possuir e manter cadastro atualizado de estudantes de diversas instituições de ensino médio, técnico e superior, suficiente e compatível à demanda.

3.1.13. Providenciar a renovação, desligamento ou substituição do estagiário sempre que solicitado pela FHSTE.

3.1.14. Informar a FHSTE sobre qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do estudante que o impossibilite de prosseguir no estágio.

3.1.15. Observar na execução do objeto deste edital todas as normas, leis e regulamentos relacionados aos serviços prestados.

3.1.17. Responder juridicamente por qualquer perda, dano ou prejuízo que vier a causar à FHSTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa na execução do contrato, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita.

3.1.18. Responsabilizar-se pelas despesas relativas aos encargos sociais, trabalhistas, seguro contra acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, que não possuem nenhum vínculo empregatício com a FHSTE.

3.1.19. Na data da Homologação do presente Edital, e previamente à assinatura do contrato, a Comissão de Contratação encaminhará comunicado à empresa adjudicada para que esta, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis (excetuam-se da contagem sábados, domingos e feriados) a contar do comunicado, apresente a seguinte documentação ao Setor de Licitações da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim para a assinatura do Contrato, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação das penalidades previstas neste Edital:

3.1.19.1. Comprovação de que a Contratada possua escritório (físico) no perímetro urbano do município de Erechim - RS, para atendimento dos estagiários. A comprovação deverá ser através de:

a) endereço constante no cartão CNPJ da Contratada

- b) comprovante de endereço em nome da empresa Contratada, a saber, fatura de energia elétrica ou fatura de serviços – água e/ou esgoto
- c) cópia de contrato de locação
- d) cópia de escritura do imóvel, devidamente registrada junto ao Registro de Imóveis.

3.2. A contratante obriga-se a:

- 3.2.1. Remeter à Contratada as solicitações de candidatos às oportunidades de estágio.
- 3.2.2. Realizar processo seletivo entre os estudantes encaminhados pela contratada, para posterior formalização de Termo de Compromisso de Estágio.
- 3.2.3. Encaminhar à contratada os estudantes selecionados com informações sobre a data do início do estágio, carga horária, valor da bolsa de estágio e informações sobre setor onde serão realizadas as atividades de estágio.
- 3.2.4. Manter a compatibilidade entre as atividades exercidas pelo estagiário e àquelas previstas no Termo de Compromisso.
- 3.2.5. Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estágio.
- 3.2.6. Repassar o valor da bolsa de estágio para a contratada, para fins de pagamento ao estagiário.
- 3.2.7. Fornecer informações à contratada quando do desligamento de estagiários, informando sua substituição.
- 3.2.8. Rescindir os contratos de estágios em vigor na medida que encerrarem seus prazos semestrais, passando a efetuar as novas contratações por meio da empresa contratada.
- 3.2.9. Rescindir os convênios com os atuais agentes integradores através de comunicação conforme disposto nos referidos convênios, após o encerramento dos contratos semestrais em andamento.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO

- 4.1.** O estágio terá caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional e será planejado e avaliado em conformidade com os currículos, programas, calendários e horários escolares, constituindo-se o agente de integração, em instrumento de diálogo entre o Poder Público e as instituições de ensino, com capacidade de proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos, o aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, que não acarretará qualquer vínculo de caráter empregatício com a FHSTE.
- 4.2.** Os estágios oportunizados pela FHSTE serão instrumentalizados mediante assinatura das partes, em um Termo de Compromisso de Estágio.
- 4.3.** As cargas horárias e bolsas a serem pagas aos estagiários serão definidas pela FHSTE, sendo comunicada à contratada sempre quando houver demanda por candidatos.
- 4.4.** A Contratada deverá encaminhar candidatos às vagas abertas sempre em conformidade às atividades a serem desenvolvidas, conforme solicitação do Setor de Recursos Humanos e conforme prazo previsto no subitem 3.1.11 do presente instrumento.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desse processo de licitação serão adimplidas pela Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim com os recursos auferidos através da prestação de serviços hospitalares, ou outra fonte de recursos específica.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Edital, a Fundação Hospitalar Santa Terezinha pagará à Contratada a taxa de agenciamento adjudicada:

6.1.1. A taxa de agenciamento de _____ (xxx pontos percentuais), sobre a remuneração mensal de cada estagiário nível médio.

6.1.2. A taxa de agenciamento de _____ (xxx pontos percentuais), sobre a remuneração mensal de cada estagiário nível superior.

6.1.3. A taxa de agenciamento adjudicada será fixa e irrevogável durante a vigência do contrato.

6.2. O pagamento será efetuado aplicando-se o percentual dos subitens 6.1.1 e 6.1.2, relativo à taxa de agenciamento, sobre o valor líquido das bolsas de estágio a serem repassadas aos estagiários, e será pago à Contratada junto ao valor das bolsas auxílio até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de referência do pagamento.

6.2.1. O pagamento será efetuado diretamente pelo Setor Financeiro da Contratante, à empresa contratada através de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa ou PIX, sendo vedada a realização do pagamento através de cobrança bancária como também a emissão de títulos de crédito sob pena das sanções previstas neste Edital e indenização pelos danos decorrentes.

6.3. A empresa Contratada deverá apresentar mensalmente ao Setor de Contratos da Fundação Hospitalar Santa Terezinha, quando for o caso, cópias das guias de recolhimento comprovando a regularidade fiscal junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Imposto de Renda em anexo à Nota Fiscal de Serviços, sob pena de não ser efetivado o pagamento pela Contratante até a apresentação dos referidos documentos.

6.4. Dos pagamentos realizados serão retidos os valores porventura devidos em razão de multas e penalidades aplicadas à empresa contratada.

6.5. No ato de pagamento, haverá a retenção previdenciária referente à mão-de-obra nos termos da legislação vigente, com repasse dos percentuais ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e entrega da respectiva guia de recolhimento à Contratada, assim como, quando for o caso, será retido o Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme legislação pertinente.

6.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha colaborado de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço global.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Será considerado excessivo, acarretando a desclassificação da proposta apresentada, o valor global que exceder a R\$ 37.082,75 (trinta e sete mil e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos), devendo ser considerados na composição do preço ofertado, o quantitativo estimado e valor unitário máximo aceitável da tabela a seguir:

Item	Qt. Estimada Ano	Serviço	R\$ Unitário	R\$ Total
01	310	Estágios de nível médio	R\$ 66,54	R\$20.627,40
02	205	Estágios de nível superior	R\$ 80,27	R\$16.455,35
VALOR GLOBAL				R\$ 37.082,75

11.1.1. Para fins de apresentação da proposta, na fase de lances, o preço do item 1, deverá ser apresentado em reais. **Para fins da definição do preço máximo aceitável foi multiplicado o valor da remuneração do estágio nível médio pela taxa de agenciamento de 8,00%**, que multiplicado pela quantidade estimada de estágios, representa um valor total anual, máximo aceitável, estimado de R\$ 20.627,40 (vinte mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), e valor unitário, máximo aceitável, estimado de R\$66,54 (sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Após a fase de lances, a licitante arrematante deverá apresentar a proposta com a taxa de agenciamento aplicada para a formação do preço.

11.1.2. Para fins de apresentação da proposta, na fase de lances, o preço do item 2, deverá ser apresentado em reais. **Para fins da definição do preço máximo aceitável foi multiplicado o valor da remuneração do estágio nível médio pela taxa de agenciamento de 8,00%**, que multiplicado pela quantidade estimada de estágios, representa um valor total anual, máximo aceitável, estimado de R\$16.455,35 (dezesesseis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), e valor unitário, máximo aceitável, estimado de R\$ 80,27 (oitenta reais e vinte e sete centavos). Após a fase de lances, a licitante arrematante deverá apresentar a proposta com a taxa de agenciamento aplicada para a formação do preço.

Parágrafo Único: No Anexo I – ROL exemplificativo da remuneração de estágio x valor equivalente ao percentual máximo aceitável, do presente Edital, se encontra planilha com a base de cálculo dos valores unitários utilizados para a formação de preço.

ANEXO III – SUGESTÃO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO N° 31/2024

<u>Custos Fixos</u>	<u>R\$</u>
Celular	
Encargos	
Combustível	
Luz	
Material de Expediente	
Pró-Labore	
Telefone Fixo	
Outros	

<u>Custos Variáveis</u>	<u>R\$</u>
Impostos	0,00%

<u>Unidades</u>	
Custos Fixos	R\$ -
Custos Variáveis	R\$ -
Impostos	
Lucro	0%
Preço Mínimo	R\$ -
Percentual Proposto	_____%
Preço Proposto mensal	R\$ -

Preço Proposto	R\$ -
Custos Fixos	R\$ -
Custos Variáveis	R\$ -
Resultado Operacional	R\$ -

Margem de Contribuição

#DIV/0!

Ponto de Equilíbrio

Faturamento	R\$ -
Unidades	1 un.

Erechim, xx de xxxx de xxxx

Empresa

Responsável

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2024

CONTRATO Nº 31/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM E _____ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob número 89.421.259/0001-10, inscrito no registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Erechim sob nº 3.369, com sede na cidade de Erechim, RS., à Rua Itália, 919, na condição de **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu _____, _____, _____, residente e domiciliado na cidade de _____, _____, e

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número _____, com sede na cidade de _____, _____, na _____, _____, na condição de **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, _____, residente e domiciliado na cidade de _____, _____, têm justo e contratado na forma das estipulações a seguir clausuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A contratação de empresa de agenciamento de estágios para estudantes regularmente matriculados em cursos de ensino superior, profissional e médio, visando o preenchimento de oportunidades de estágio na Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, conforme especificações e critérios contidos neste Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Pelo presente instrumento e por ser a vencedora do certame licitatório, à Contratada é adjudicado o objeto desse contrato na conformidade das normas e condições constantes no Processo de Licitação Pregão Eletrônico nº 31/2024, Termo de Referência e proposta que passam a fazer parte desse contrato, como se aqui transcritos estivessem.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

3.1. O início dos trabalhos objeto do presente processo de licitação será em até 05 (cinco) dias ininterruptos a partir da assinatura do contrato.

3.2. O prazo de vigência do contrato oriundo do presente processo de licitação é de 12 (doze) meses, a partir de ___/___/___, podendo haver renovação por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante formalização de Termos Aditivos de Renovação Contratual, e desde que as partes nada manifestem com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de vencimento referência.

3.3. A empresa contratada deverá devolver o contrato devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ininterruptos, sob pena de aplicação das penalidades previstas em Edital e Contrato a ser firmado.

CLÁUSULA QUARTA – REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Edital, a Fundação Hospitalar Santa Terezinha pagará à Contratada a taxa de agenciamento adjudicada:

4.1.1. A taxa de agenciamento de _____ (xxx pontos percentuais), sobre a remuneração mensal de cada estagiário nível médio.

4.1.2. A taxa de agenciamento de _____ (xxx pontos percentuais), sobre a remuneração mensal de cada estagiário nível superior.

4.1.3. A taxa de agenciamento adjudicada será fixa e irrevogável durante a vigência do contrato.

4.2. O pagamento será efetuado aplicando-se o percentual dos subitens 4.1.1 e 4.1.2, relativo à taxa de agenciamento, sobre o valor líquido das bolsas de estágio a serem repassadas aos estagiários, e será pago à Contratada junto ao valor das bolsas auxílio até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de referência do pagamento.

4.2.1. O pagamento será efetuado diretamente pelo Setor Financeiro da Contratante, à empresa contratada através de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa ou PIX, sendo vedada a realização do pagamento através de cobrança bancária como também a emissão de títulos de crédito sob pena das sanções previstas neste Edital e indenização pelos danos decorrentes.

4.3. A empresa Contratada deverá apresentar mensalmente ao Setor de Contratos da Fundação Hospitalar Santa Terezinha, quando for o caso, cópias das guias de recolhimento comprovando a regularidade fiscal junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Imposto de Renda em anexo à Nota Fiscal de Serviços, sob pena de não ser efetivado o pagamento pela Contratante até a apresentação dos referidos documentos.

4.4. Dos pagamentos realizados serão retidos os valores porventura devidos em razão de multas e penalidades aplicadas à empresa contratada.

4.5. No ato de pagamento, haverá a retenção previdenciária referente à mão-de-obra nos termos da legislação vigente, com repasse dos percentuais ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e entrega da respectiva guia de recolhimento à Contratada, assim como, quando for o caso, será retido o Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme legislação pertinente.

4.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha colaborado de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

4.6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES

6. 1. A empresa contratada obriga-se a:

- 6.1.1. Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas instituições de ensino com as disponibilidades da Administração Pública contratante, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere.
- 6.1.2. Contratar o seguro contra acidentes pessoais em favor do estudante selecionado para estágio, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio o número da apólice e o nome da companhia seguradora.
- 6.1.3. Lavrar o Termo de Compromisso de Estágio a ser assinado pela concedente do estágio, pela instituição de ensino, pelo próprio agente de integração e pelo estagiário que, se menor de 18 (dezoito) anos, deverá ser assistido por seu responsável legal.
- 6.1.4. No ato da formalização do estágio, orientar o estudante acerca dos aspectos legais e técnicos do estágio, bem como a relação entre estagiário e parte concedente.
- 6.1.5. Acompanhar a avaliação, realizada pela instituição de ensino, das instalações de realização do estágio, bem como de sua adequação à formação cultural e profissional do educando.
- 6.1.6. Verificar a existência de normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios junto à instituição de ensino e informar o estagiário.
- 6.1.7. Verificar junto à instituição de ensino e comunicar à parte concedente do estágio no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.
- 6.1.8. Apresentar comprovação de vínculo escolar dos estagiários no início da realização do estágio e sempre que solicitado pela FHSTE.
- 6.1.9. Efetuar os pagamentos salariais dos estagiários até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.
- 6.1.10. Avaliar semestralmente os estagiários contratados.
- 6.1.11. Observar o prazo máximo de uma semana (sete dias ininterruptos) para o encaminhamento de currículos, processo de triagem e encaminhamentos dos candidatos às vagas abertas, contados da data de solicitação por parte do Setor de Recursos Humanos da FHSTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Edital.
- 6.1.12. Possuir e manter cadastro atualizado de estudantes de diversas instituições de ensino médio, técnico e superior, suficiente e compatível à demanda.
- 6.1.13. Providenciar a renovação, desligamento ou substituição do estagiário sempre que solicitado pela FHSTE.
- 6.1.14. Informar a FHSTE sobre qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do estudante que o impossibilite de prosseguir no estágio.

6.1.15. Observar na execução do objeto deste edital todas as normas, leis e regulamentos relacionados aos serviços prestados.

6.1.17. Responder juridicamente por qualquer perda, dano ou prejuízo que vier a causar à FHSTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa na execução do contrato, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita.

6.1.18. Responsabilizar-se pelas despesas relativas aos encargos sociais, trabalhistas, seguro contra acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, que não possuem nenhum vínculo empregatício com a FHSTE.

6.1.19. Na data da Homologação do presente Edital, e previamente à assinatura do contrato, a Comissão de Contratação encaminhará comunicado à empresa adjudicada para que esta, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis (excetuam-se da contagem sábados, domingos e feriados) a contar do comunicado, apresente a seguinte documentação ao Setor de Licitações da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim para a assinatura do Contrato, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação das penalidades previstas neste Edital:

6.1.19.1. Comprovação de que a Contratada possua escritório (físico) no perímetro urbano do município de Erechim - RS, para atendimento dos estagiários. A comprovação deverá ser através de:

- a) endereço constante no cartão CNPJ da Contratada
- b) comprovante de endereço em nome da empresa Contratada, a saber, fatura de energia elétrica ou fatura de serviços – água e/ou esgoto
- c) cópia de contrato de locação
- d) cópia de escritura do imóvel, devidamente registrada junto ao Registro de Imóveis.

6.2. A contratante obriga-se a:

6.2.1. Remeter à Contratada as solicitações de candidatos às oportunidades de estágio.

6.2.2. Realizar processo seletivo entre os estudantes encaminhados pela contratada, para posterior formalização de Termo de Compromisso de Estágio.

6.2.3. Encaminhar à contratada os estudantes selecionados com informações sobre a data do início do estágio, carga horária, valor da bolsa de estágio e informações sobre setor onde serão realizadas as atividades de estágio.

6.2.4. Manter a compatibilidade entre as atividades exercidas pelo estagiário e àquelas previstas no Termo de Compromisso.

6.2.5. Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estágio.

6.2.6. Repassar o valor da bolsa de estágio para a contratada, para fins de pagamento ao estagiário.

6.2.7. Fornecer informações à contratada quando do desligamento de estagiários, informando sua substituição.

6.2.8. Rescindir os contratos de estágios em vigor na medida que encerrarem seus prazos semestrais, passando a efetuar as novas contratações por meio da empresa contratada.

6.2.9. Rescindir os convênios com os atuais agentes integradores através de comunicação conforme disposto nos referidos convênios, após o encerramento dos contratos semestrais em andamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS

7.1. O estágio terá caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional e será planejado e avaliado em conformidade com os currículos, programas, calendários e horários escolares, constituindo-se o agente de integração, em instrumento de diálogo entre o Poder Público e as instituições de ensino, com capacidade de proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos, o aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, que não acarretará qualquer vínculo de caráter empregatício com a FHSTE.

7.2. Os estágios oportunizados pela FHSTE serão instrumentalizados mediante assinatura das partes, em um Termo de Compromisso de Estágio.

7.3. As cargas horárias e bolsas a serem pagas aos estagiários serão definidas pela FHSTE, sendo comunicada à contratada sempre quando houver demanda por candidatos.

7.4. A Contratada deverá encaminhar candidatos às vagas abertas sempre em conformidade às atividades a serem desenvolvidas, conforme solicitação do Setor de Recursos Humanos e conforme prazo previsto no subitem 5.1.11 do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O serviço objeto deste instrumento será fiscalizado pelo Fiscal do Contrato, Coordenador II – Setor de Recursos Humanos e, em sua ausência, por sua (eu) substituta (o) em conformidade ao artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

9.1. Rege o presente contrato e as relações dele decorrentes a Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, assim como Legislação Complementar atinente ao objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. No caso de inadimplemento, a empresa contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, sempre que a Contratada descumprir qualquer obrigação assumida em face da licitação e do contrato.

10.2. Impedimento de licitar e contratar com a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim por período não superior a três anos;

10.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.4. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da Contratante a sua aceitação.

10.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

10.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

10.7. A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim.

10.8. Caso a empresa contratada deixe momentaneamente de prestar o serviço objeto desta licitação, independente dos motivos ou da duração da inexecução, obrigando a FHSTE a disponibilizar substitutos durante o lapso, todos os gastos decorrentes serão automaticamente deduzidos dos valores devidos à Contratada, no mês subsequente, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Contratante, pela Contratada, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da Contratante, ou cobrados judicialmente.

10.10. Além da multa, a FHSTE poderá aplicar, em face do descumprimento total ou parcial das obrigações, garantida a prévia defesa, as sanções previstas no Artigo 156 da Lei 14.133/2021, em conformidade ao disposto no Artigo 155 da referida Lei.

10.11. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 Constituem causa para rescisão do Contrato:

a) A manifestação expressa de uma das partes **com antecedência mínima de até 90 (noventa) dias da data referência do vencimento do contrato** sem ônus (observar interstícios de doze meses a contar da data de assinatura do contrato original, ou a partir de suas renovações se houverem, uma vez que a renovação do contrato ocorre de doze em doze meses conforme subitem 12.3 do Edital). Neste caso, as partes deverão cumprir integralmente o contrato ou sua renovação caso tenha ocorrido, até o término de sua vigência.

b) A ocorrência de qualquer um dos motivos elencados no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. Todas as eventuais questões originadas deste contrato serão resolvidas pela aplicação da Legislação Civil, pertinente aos contratos administrativos, e pelas disposições do Direito Administrativo, aplicáveis à Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Erechim, RS., para dirimirem todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo e perfeitamente contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, após lido, conferido e considerado conforme em todos os seus termos, juntamente com as testemunhas.

Erechim, _____ de _____ de 2024.

**Diretor Executivo
Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim
CONTRATANTE**

**Coordenador II – Setor de Recursos Humanos
Fiscal do Contrato
Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim
CONTRATANTE**

CONTRATADA

Testemunhas:
